



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E O MUNDO DO TRABALHO NO CENÁRIO  
NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL**

Fabiana Maria da Costa

fabiana.mkosta@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Brasil



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### RESUMO

Este estudo busca realizar uma discussão inicial sobre a intrínseca relação entre trabalho e educação no cenário neodesenvolvimentista brasileiro. Está fundamentado analiticamente na concepção teórica que compreende a sociedade na perspectiva de totalidade, como produção e reprodução de relações sociais historicamente determinadas e das contradições que a permeiam. Parte-se da compreensão de que os processos educacionais sofrem determinações das novas configurações assumidas pelo modo de produção vigente, que inaugura um novo padrão produtivo e tecnológico no qual o ritmo das inovações tem sido acelerado, impondo mudanças significativas nas relações de trabalho, no cenário de acumulação flexível, mas que também guarda relações com o desenvolvimento arcaico do sistema produtivo brasileiro. São exigidas novas formas de envolvimento do trabalhador e de subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital, inaugurando um novo modelo de organização da produção, sob a base do toyotismo. Esse processo não significa um rompimento definitivo com a lógica do taylorismo-fordismo. No contexto de hegemonia neoliberal, a educação superior voltou-se ao funcionamento da economia, com restrições à preparação para o trabalho complexo e alargamento da formação direcionada à formação para o trabalho simples. Na atual configuração capitalista, tem sido enfatizada uma imposição pela ampliação quantitativa dos anos de escolaridade básica e uma nova organização curricular voltada ao desenvolvimento de capacidades técnicas e de uma nova sociabilidade dos trabalhadores voltada para a reprodução ampliada do capital e para a obtenção do seu consentimento ativo para as relações de dominação e exploração burguesas contemporâneas. Do ponto de vista do capital, a formação para o trabalho simples serve para o aumento da produtividade do trabalho, bem como para a formação de um homem coletivo adaptado às novas exigências de exploração e dominação capitalistas. Esse conteúdo não sofreu alteração no contexto neodesenvolvimentista, que inaugurou um quadro de ampliação nas políticas sociais no Brasil. A ampliação da educação superior ocorreu marcada pela mercantilização, privatização e pela ênfase em uma formação tecnicista e fragmentada, baseada na ideologia das competências, da empregabilidade e da qualidade total, em detrimento da formação integral do trabalhador. No contexto mais recente, em que a crise macroeconômica,



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

iniciada nos anos 2008, atinge o Brasil de forma contundente, essa modalidade de formação torna-se ameaçado pelo ajuste fiscal, que significa uma forte redução do Estado no campo das políticas sociais. A partir dessa reflexão, chega-se às conclusões preliminares de que esse quadro configura-se em um desafio a ser decifrado e inaugura uma fase na “nova pedagogia da hegemonia”, cenário em que o Estado está assumindo um papel pedagógico que impulsiona uma nova cultura cívica, através da renovação da organização da sociedade civil, tendo em vista consolidar a coesão social, o empreendedorismo social e a ação voluntária dos cidadãos.

### **ABSTRACT**

This study seeks to conduct an initial discussion about the intrinsic relationship between work and education in the Brazilian neodevelopment scenario. It is analytically based on the theoretical conception that comprises society in the perspective of totality, as production and reproduction of historically determined social relations and the contradictions that permeate it. It starts from the understanding that the educational processes undergo determinations of the new configurations assumed by the current mode of production, inaugurating a new technological and productive pattern in which the pace of innovations has been accelerated, imposing significant changes in the labor relations in the scenario of flexible accumulation, but which also has relations with the archaic development of the Brazilian productive system. New forms of worker involvement and formal-intellectual subordination of labor to capital are required, inaugurating a new model of organization of production, under the basis of toyotism. This process does not mean a definitive break with the logic of Taylorism-Fordism. In the context of neoliberal hegemony, higher education turned to the functioning of the economy, with restrictions on the preparation for complex work and broadening training directed towards training for simple work. In the current capitalist configuration, an imposition has been emphasized for the quantitative extension of the basic schooling years and a new curricular organization aimed at the development of technical skills and a new sociability of the workers focused on the expanded reproduction of capital and obtaining their consent active for the relations of contemporary bourgeois domination and exploitation. From the point of view of capital,



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

training for simple labor serves to increase labor productivity, as well as for the formation of a collective man adapted to the new demands of capitalist exploitation and domination. This content did not change in the neodevelopmental context, which inaugurated a framework for expanding social policies in Brazil. The expansion of higher education has been marked by commodification, privatization and the emphasis on a technical and fragmented formation, based on the ideology of skills, employability and total quality, to the detriment of the integral training of the worker. In the more recent context, in which the macroeconomic crisis, started in the year 2008, reaches Brazil in a forceful way, this type of training becomes threatened by fiscal adjustment, which means a strong reduction of the State in the field of social policies. From this reflection, we arrive at the preliminary conclusions that this framework is a challenge to be deciphered and inaugurates a phase in the "new pedagogy of hegemony", a scenario in which the State is assuming a pedagogical role that drives a new civic culture, through the renewal of the organization of civil society, with a view to consolidating social cohesion, social entrepreneurship and voluntary action of citizens.

**Palavras-chave**

Educação superior; trabalho; neodesenvolvimentismo.

**Keywords**

College education; job; neodevelopment.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **I. Introducción**

O presente trabalho consiste em uma reflexão teórica, que faz parte do projeto de pesquisa de doutorado atualmente desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, que consiste uma análise acerca do projeto de educação superior e tecnológica e sua relação com o mundo do trabalho no contexto do neodesenvolvimentismo no Brasil e, mais recentemente, no contexto da crise e do ajuste fiscal, sob os ditames do capital numa realidade de capitalismo periférico, em uma conjuntura de novas configurações assumidas pelo modo de produção capitalista, advindas do novo padrão produtivo e tecnológico, no qual o ritmo da inovação foi bastante acelerado e impôs mudanças significativas nas relações de trabalho, as quais exigem um "novo trabalhador", cujo perfil de habilidades é completamente alterado. Concordamos com Amaral (2008), quando esta afirma que:

É, pois, na periferia do capitalismo, que a questão do conhecimento adquire uma particularidade, posto que os supostos desse contínuo processo de inovação e aprendizado – o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação – esbarram nas precárias condições de vida e de trabalho em que vive grande parte da classe trabalhadora dos países periféricos, marcados por profundas desigualdades sociais e educacionais – que, diga-se de passagem, são traços da ação de uma burguesia que, no caso do Brasil mostrou-se, historicamente, anti-reformista e com uma imensa capacidade, em nome da valorização do conhecimento, de subordinar cada vez mais os trabalhadores ao seu projeto de classe (Amaral, 2008, p. 54).

O processo, marcado pela introdução acelerada de tecnologias no ciclo produtivo, como tentativa de resposta à crise capitalista, também foi responsável por uma alteração na composição orgânica do capital, provocando, assim, um acentuado aumento do exército industrial de reserva, gerando altos níveis de insegurança no trabalho, bem como o acirramento da concorrência entre os trabalhadores por uma vaga no mercado de trabalho.

Neste sentido, tem-se uma substituição do paradigma do capital humano, assentado em uma lógica de pleno emprego, que entendia a formação do trabalhador como um elemento



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

estratégico ao desenvolvimento capitalista, pelo da empregabilidade, no contexto de desemprego estrutural, sendo o trabalhador responsabilizado individualmente por se manter empregável.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **II. Marco teórico/marco conceitual**

O presente estudo está fundamentado analiticamente na concepção teórica que compreende a sociedade na perspectiva de totalidade, ou seja, entende a sociedade como produção e reprodução de relações sociais historicamente determinadas e das contradições que a permeiam, ressaltando-se as expressões econômicas, políticas e ideológicas dos fenômenos sociais.

Vale ressaltar que as políticas sociais correspondem à síntese de um processo que se realiza na totalidade social e que envolve a luta de classes. Desta forma, podemos compreender o significado das políticas sociais no interior do sistema capitalista, não podendo ser pensadas como meras concessões por parte do Estado, posto que envolvem relações entre diferentes sujeitos, quais sejam: a classe dominante, o Estado, intermediador homogeneizado pela classe dominante, e as classes trabalhadoras (Pastorini, 1997).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **III. Metodologia**

O trabalho ora apresentado consiste em uma revisão de literatura, por meio de uma pesquisa bibliográfica e de aprofundamento teórico acerca da temática estudada, com ênfase nas questões que envolvem a discussão da educação e sua histórica relação com o mundo do trabalho, a partir da perspectiva ontológica e dialética, particularizando a realidade brasileira, nos marcos do capitalismo periférico.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

#### **IV. Análise e discussão de dados**

### **II. O projeto de educação superior no Brasil a partir dos anos 2000 no contexto do neoliberalismo e neodesenvolvimentismo**

Os direitos sociais no Brasil tiveram como marco a Constituição de 1988, possível devido ao clima político da década de 1980, fundamental ao reconhecimento dos direitos sociais assegurados na Carta Constitucional. Tal conquista foi resultado de embates travados entre setores divergentes da sociedade, que buscavam assegurar seus interesses.

No entanto, na década de 1990, a ofensiva neoliberal no Brasil investiu contra os preceitos constitucionais e foi responsável pela refuncionalização do Estado brasileiro, que passou a incorporar os ditames do Consenso de Washington, via privatizações e redefinição das políticas públicas. Apregoava-se a diminuição da responsabilidade estatal no que se refere às suas funções sociais, sob o argumento de que este era ineficaz e oneroso, devendo reduzir seus gastos sociais, o que se traduziu na redução de recursos e investimentos para as políticas sociais.

Os impactos da agenda neoliberal sobre as políticas sociais se expressaram na orientação dos serviços sociais no sentido da privatização e focalização/seletividade de suas ações, incluindo-se as políticas educacionais, e, no interior delas, a instituição universidade. Estas medidas foram ganhando materialidade no processo de “contrarreforma do Estado” (Behring, 2003).

Na educação, têm-se uma forte tendência de mercantilização, com cortes no financiamento. A própria aprovação de alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) se caracterizou, conforme Saviani (2007), adequada às reformas estruturais orientadas pelas leis do mercado.

Em seguida, houve a criação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), previsto na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 214, o qual previa que o PNE deveria ser elaborado pela União com a colaboração dos municípios, estados e distrito federal. No entanto, o documento foi promulgado pelo Governo “em completa oposição ao PNE elaborado por um amplo



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

conjunto de entidades ligadas à educação, reafirmando a transferência de responsabilidade do Poder Público para a sociedade no financiamento da educação” (Lima, 2007, p.143).

Dando continuidade ao processo de contrarreforma da educação, a partir de 2003, o governo petista aprofundou algumas ações no âmbito da educação superior, dando prosseguimento à política privatista, sob a aparência de democratização do acesso. Segundo Boschetti (2008), nos governos de FHC e Lula, a “reforma” toma seu ápice de visibilidade, sendo ordenadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB):

As mudanças do ensino superior estão indicadas na LDB, mas foram as propostas de reforma universitária do governo FHC e governo Lula que materializaram e agudizaram as propostas da LDB. Todas as medidas ali previstas – exame nacional de curso, mestrado profissionalizantes, substituições dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais, ensino a distância em todos os níveis – seguem diretivas dos organismos internacionais, no sentido da privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino e de reconfiguração das profissões (Boschetti, 2008, p.07).

Verifica-se, pois, a partir deste marco temporal, uma expansão da educação superior no Brasil, num contexto de “neodesenvolvimentismo” ou “novo desenvolvimentismo”<sup>1</sup>, marcada principalmente pelo investimento massivo na iniciativa privada e pela implementação de um neoliberalismo moderado, ou seja, que ao garantir taxas de crescimento econômico significativas para padrões neoliberais, também ampliou as políticas sociais compensatórias, principalmente as de transferência de renda.

Na primeira década de 2000, as universidades públicas vivenciaram uma intensa reestruturação. A partir da aprovação do Decreto Nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), as universidades tiveram uma expansão física vertiginosa (com a criação de novas universidades e de diversos campi

---

<sup>1</sup> O “novo desenvolvimentismo” tem sido apontado como uma Terceira Via”: “[...] uma estratégia de desenvolvimento alternativo aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo (...) cujo principal objetivo é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país (...) um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na ‘questão social’” (Castelo, 2010, apud Mota; Amaral; Peruzzo, 2010, p. 40).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

avanzados no interior do país), bem como uma expansão do número de vagas na graduação e na pós-graduação.

Todavía, o Reuni apresenta concepções que avançam para a construção de uma educação superior pública dentro de uma lógica privada, na qual as universidades se submetem a metas mercantilizadas, condicionando o financiamento de custeio e de pessoal a uma estrutura precária nas condições de trabalho dos docentes e dos técnico-administrativos em educação que atuam na construção do ensino, pesquisa e extensão nessas universidades, bem como a uma escassez de financiamento para assistência estudantil que possibilite uma permanência de fato dos discentes nos cursos de graduação e pós-graduação.

Neste contexto, sob o discurso da democratização do acesso, a reestruturação da universidade responde às novas exigências de reprodução ampliada do capital, e, com isso, serve à hegemonia burguesa, atendendo à lógica da produtividade.

Ainda em 2007 foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual contempla o eixo da educação superior. O relatório do Plano Plurianual do Ministério da Educação (MEC), na gestão 2008-2011, demonstra que dentre as principais ações desenvolvidas pelo governo, visando à “reestruturação da educação superior pública federal e ampliação do acesso a esse nível de ensino” (MEC, 2009), merecem destaque: além do Reuni, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/ Sinaes<sup>2</sup>, o Programa Universidade para Todos – ProUni e o Financiamento concedido a Estudantes do Ensino Superior Não-Gratuito Nacional/Fies.

O ProUni prevê o financiamento, por parte do Estado, de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes dos cursos de graduação, ou sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Já o Fies, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, possibilita um empréstimo para o financiamento dos cursos de graduação do ensino superior aos estudantes que comprovem insuficiência de renda para arcar com os custos da formação.

---

<sup>2</sup> No âmbito da avaliação do ensino superior, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/SINAES objetiva assegurar o processo de avaliação nacional das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (MEC, 2009).



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Ambos os programas, centrais no processo de contrarreforma da educação superior, preveem o repasse de vultosos volumes de recursos públicos para a iniciativa privada.

O acesso à educação superior aumentou consideravelmente no período, segundo os dados do último Censo da Educação feito pelo INEP, o Brasil chegou em 2013 com 7,4 milhões de estudantes universitários. Só que desse total, 5,3 milhões (73,5 %) estão em instituições particulares. O restante se divide em instituições federais (1,1 milhão), estaduais (604 mil) e municipais (190 mil) (INEP, 2013).

Houve ainda um incremento da criação de universidades federais e de escolas técnicas federais. No âmbito universitário ocorreu um incremento de 17,2% e, na rede de escolas técnicas, das 255 unidades em funcionamento, 115 (45%) foram criadas no governo Lula (Castro, 2010).

Os dados demonstram que o maior acréscimo ocorrido na rede pública se deu no ensino técnico e tecnológico, ou seja, voltado a uma educação mais tecnicista e instrumental, atendendo às reivindicações imediatas do capital para a formação de uma força de trabalho com “competência” para se inserir no sistema produtivo de base flexível, para que esse trabalhador se torne “empregável”.

Neste cenário, concordamos com a afirmação de Frigotto (2006):

Esse dado é revelador de um capitalismo dependente que configura um processo de desenvolvimento e de industrialização urbano-industrial truncados com a dominância de atividades ‘neuromusculares’ e, como consequência, a hipertrofia da formação para o trabalho simples da maior parte da força de trabalho e de uma pequena parcela para o trabalho complexo que demanda domínio das bases científicas e tecnológicas – mormente para os setores integrados na base digital-molecular representados especialmente por grandes empresas multinacionais (FRIGOTTO, 2006, p. 262).

Observa-se, pois, uma dualidade no desenvolvimento dos processos educativos no país, com uma cisão entre a educação voltada ao trabalho simples e ao trabalho complexo<sup>3</sup>. Verifica-se,

---

<sup>3</sup> Neves e Pronko (2008) nos informam sobre a diferenciação da formação voltada ao trabalho simples e ao trabalho complexo, amparadas na teoria marxiana, para quem trabalho simples se caracteriza por sua natureza indiferenciada, ou seja, dispêndio de força de trabalho que “todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo” (Marx,



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

nesse sentido, uma imbricação do atraso, do tradicional e do arcaico com o moderno e o desenvolvido, o que é potencializado pela nossa forma específica de sociedade capitalista dependente e nossa inserção subalterna na divisão internacional do trabalho.

### **III. Relação entre política de educação superior e tecnológica e o mundo do trabalho no cenário neodesenvolvimentista**

A relação entre trabalho e educação tem sido fruto de um intenso debate<sup>4</sup>, tratada como uma relação intrínseca, pois as modificações que ocorrem na estrutura produtiva e no mundo do trabalho têm implicações diretas sobre a forma como se pensa e como se estrutura a educação.

Na realidade brasileira, os processos sócio históricos guardam profundas relações de poder e de propriedade privada que se mantiveram ao longo do tempo, marcados por um quadro de exclusão, desigualdade e manutenção de privilégios da burguesia. São exemplos atuais disto a manutenção da estrutura latifundiária no campo, a desoneração das grandes riquezas, o pagamento da dívida interna e externa, a concentração extrema da riqueza e da renda, que geram quadros de indignação, miséria e violência social, processo caracterizado por Fernandes (1981) como uma “Revolução Burguesa”.

Assim, partimos da compreensão de que os processos educacionais sofrem determinações advindas das novas configurações assumidas pelo modo de produção vigente, que inaugura um novo padrão produtivo e tecnológico no qual o ritmo das inovações tem sido acelerado, o que impõe mudanças significativas nas relações de trabalho, no cenário de acumulação flexível, mas também guarda relações com o desenvolvimento arcaico do sistema produtivo brasileiro.

A acumulação flexível significou, dentre outros aspectos, uma intensificação da compressão espaço-temporal<sup>5</sup>, fruto de processos que visavam acelerar o tempo de giro do capital,

---

1988, p. 51 apud Neves, Pronko, 2008); enquanto trabalho complexo se caracteriza por ser de natureza especializada, requerendo, por isso, maior dispêndio de tempo de formação daquele que irá realizá-lo.

<sup>4</sup> De acordo com Frigotto (1998), existem várias análises acerca da relação trabalho-educação, dentre as quais: Kuenzer, 1987; Frigotto, 1987; Arroyo, 1991; Nosella, 1993; Trein, 1996.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

tempo de produção associado com o tempo de circulação da troca, o que provocou um forte impacto sobre as práticas político-econômicas, sobre os equilíbrios do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural (Harvey, 1998). O autor entende que a produção flexível está:

[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, de mercados de trabalho, dos produtos e padrão de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 1998, p. 140).

No ramo da produção passa a vigorar a introdução de novas tecnologias de base microeletrônica<sup>6</sup>, que exigem novas formas de envolvimento do trabalhador e de subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital, inaugurando um novo modelo de organização da produção, sob a base o toyotismo<sup>7</sup>. Esse modelo possibilita novos níveis de flexibilidade para o capital, tendo em vistas as próprias exigências do capitalismo mundializado, que requer formas inovadoras de revalorização diante da sua crise de superprodução. Esse processo não significa, no entanto, um rompimento definitivo com a lógica do taylorismo-fordismo, configurando-se, antes de tudo, como uma “ruptura no interior de uma continuidade plena” (Alves, 1999).

Na realidade brasileira, as transformações ocorridas no âmbito da produção apresentam algumas particularidades, visto que aqui a reestruturação produtiva do capital ocorreu tardiamente e com elementos diferenciados em relação aos países de capitalismo desenvolvido, cenário no qual o Brasil tem ocupado posição de subalternidade.

---

<sup>5</sup> Segundo Harvey (1992, p. 219), o conceito de “compressão do tempo-espaço” corresponde aos: “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos”.

<sup>6</sup> Segundo Alves (1999, p. 102): “É claro que, na perspectiva histórica, o desenvolvimento da nova base técnica da produção microeletrônica é posterior à instauração do toyotismo nos anos 50. Entretanto, é nas condições da mundialização do capital, quando se impulsiona a introdução das novas tecnologias microeletrônicas na produção, que a “cultura organizacional” do toyotismo encontrará um solo fértil, adequado às necessidades técnicas da nova materialidade da indústria mundial: o avanço das iniciativas organizacionais de envolvimento do trabalhador, a captura da subjetividade operária, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo (a auto-racionalização operária)”.

<sup>7</sup> Modelo de produção criado pelo japonês Taichi Ohno, vinculado à Toyota,



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Para Silva (2011), na nossa realidade, o toyotismo não se configura enquanto modelo hegemônico, mas existe a convivência de formas pautadas no trinômio: taylorismo / fordismo / toyotismo, o que representa a combinação de formas arcaicas e modernas da produção de mercadorias.

Com o objetivo de entender o caráter que a educação foi assumindo, retoma-se aqui o cenário em que vigorou a perspectiva taylorista/fordista, no qual o papel atribuído à educação se relacionava à perspectiva do desenvolvimento, sendo a educação entendida como formadora de capital humano<sup>8</sup> como um fator fomentador da capacidade produtiva, através de um acréscimo de instrução, treinamento e educação ao trabalhador.

No Brasil, esta perspectiva se coadunou às discussões desenvolvimentistas e da equidade social, no cenário do chamado milagre econômico. O incentivo ao capital humano era apresentado como meio de dissolução das desigualdades sociais, pois os defensores dessa ideia afirmavam que, por meio do investimento em educação, os países em desenvolvimento poderiam alcançar padrões de desenvolvimento, tendo como modelo os países centrais, onde vigorava o estado de bem estar e o pleno emprego, ideia esta que ganhou bastante força na América Latina, mediante incentivo dos organismos internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), etc.).

A teoria do capital humano sofreu um intenso debate interno, particularmente na década de 60 e 70 do século passado, e, ao mesmo tempo, teve um amplo uso político e ideológico na definição de macro políticas educacionais orientadas pelos organismos internacionais e regionais.

Com o desmoronamento da *era de ouro* do capitalismo nos países centrais, ocorre uma desestruturação da “promessa integradora”, nos termos de Gentili (1998), quando se passou a

---

<sup>8</sup> “A teoria do capital humano é uma esfera particular da teoria do desenvolvimento, marcada pelo contexto em que foi produzida, uma das expressões ideológicas dominantes desse período. A teoria do desenvolvimento, geral e abrangente, pelas suas características e pela problemática abordada, é muito mais uma teoria da modernização do que uma teoria explicativa do desenvolvimento capitalista, isto é, das bases materiais e das condições sociais em que assenta o processo de produção e reprodução das formações sociais capitalistas” (Grybowski *et all*, 1986, p. 12 apud Frigotto, 1996, p. 40).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

assumir uma lógica estritamente privada, com ênfase nas capacidades e competências individuais, não mais em uma perspectiva de integração. Este período marca o processo de ruptura da “promessa integradora” assumida pela escola até então<sup>9</sup>, num contexto de revalorização do papel econômico assumido pela educação, com ênfase na importância produtiva do conhecimento.

Da promessa do pleno emprego passa-se, então, à promessa da empregabilidade<sup>10</sup>, questões intimamente associadas à dinâmica iniciada nos anos 70 do século passado, momento em que o sistema educacional começa a preparar o trabalhador para o desemprego estrutural e todas as implicações que ele acarreta. De acordo com Getilli (1998):

Mais do que pensar a integração dos trabalhadores ao mercado de trabalho, o desenho das políticas educacionais deveria orientar-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar nos exigentes mercados laborais pelos poucos empregos disponíveis. **A garantia do emprego como direito social (e sua defesa como requisito para as bases de uma economia e uma vida política estável) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece** (grifos nossos) (Gentilli, 1998, p. 89).

Nesse contexto de hegemonia neoliberal, a educação voltou-se ao funcionamento da economia, com restrições em relação à preparação ao trabalho complexo e alargamento da formação direcionada à formação para o trabalho simples.

As exigências do capital para a formação voltada ao trabalho simples e complexo sofrem alterações periódicas de conteúdo e preparação para o trabalho, haja vista que a produção material e simbólica se racionaliza pelo emprego diretamente produtivo da ciência para a reprodução ampliada

---

<sup>9</sup> A função integradora da escola teria seguido a mesma trajetória das dimensões da cidadania – civil, política, social e econômica (Marshall, 1970). Esta última função, do viés econômico, foi marcada inclusive pelo surgimento de uma disciplina específica, a economia da educação ou teoria do capital humano.

<sup>10</sup> A empregabilidade consiste, nos termos de Forrester (1997, p. 118 apud Gentilli, 1998, p. 45): “Uma bela palavra soa nova e parece prometida a um belo futuro: “empregabilidade”, que se revela como um parente muito próximo da flexibilidade, e até como uma de suas formas. Trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso, dos empregadores. Ele deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho (como se troca de camisa, diria a ama Beppa). Mas, contra a certeza de ser jogado “de um emprego a outro”, ele terá uma “garantia razoável”, quer dizer, nenhuma garantia de encontrar emprego diferente do anterior que foi perdido, mas que paga igual”.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

do capital, tendo o trabalhador coletivo que se adaptar aos valores e práticas da cultura urbano-industrial. Neves e Pronko (2008) afirmam que:

Nos primórdios do capitalismo industrial, o trabalho simples tinha um caráter predominantemente prático. No entanto, no capitalismo monopolista, com a organização científica do trabalho, elementos teóricos gerais e básicos passam a ser introduzidos na execução do trabalho simples. Enquanto este possuía um caráter eminentemente prático e os valores e as práticas sociais eram reproduzidos essencialmente através do cotidiano rígido de uma sociedade ainda majoritariamente agrária, o local de trabalho era ao mesmo tempo, o local de formação. No entanto, o aumento da racionalização do processo de trabalho produtor de mercadorias e a disseminação de novos valores e práticas próprios à convivência social urbano-industrial fazem com que a escola, cada vez mais generalizada, se constitua em um local específico de formação para o trabalho (Neves, Pronko, 2008, p. 24).

Na atual configuração capitalista, o que tem sido enfatizado é uma imposição pela ampliação quantitativa dos anos de escolaridade básica e uma nova organização curricular voltada para o desenvolvimento de capacidades técnicas e de uma nova sociabilidade dos trabalhadores voltada para a reprodução ampliada do capital e para a obtenção do seu consentimento ativo para as relações de dominação e exploração burguesas na atualidade.

Do ponto de vista do capital, a formação para o trabalho simples serve para o aumento da produtividade do trabalho, bem como com a formação de um homem coletivo adaptado às novas exigências de exploração e dominação capitalistas. Esse conteúdo não sofreu alteração no governo Lula, como esperado por frações da classe trabalhadora, mesmo no contexto neodesenvolvimentista, que inaugurou um quadro de ampliação nas políticas sociais. A ampliação da educação superior ocorreu nos moldes já assinalados, marcada pela mercantilização, privatização e pela ênfase em uma formação técnica adestradora e fragmentada, baseada na ideologia das competências, da empregabilidade e da qualidade total, em detrimento da formação integral do trabalhador.

No contexto mais recente, em que a crise macroeconômica iniciada nos anos 2008 atinge o Brasil de forma contundente, mesmo esse tipo de formação se vê ameaçada pelo ajuste fiscal, que significa uma forte redução do Estado no campo das políticas sociais.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **V. Conclusões**

Esse quadro se configura em um desafio a ser decifrado e inaugura uma fase na “nova pedagogia da hegemonia”, nos termos de Neves (2005), para quem o Estado está assumindo um papel pedagógico que impulsiona uma nova cultura cívica, através da renovação da organização da sociedade civil, tendo em vista consolidar a coesão social, o empreendedorismo social e a ação voluntária dos cidadãos.

Nesse contexto, ocorre uma clara tentativa de individualização da questão social, que concebe o trabalhador como “empresário de si mesmo” que deve se inserir produtivamente para ter sua sobrevivência assegurada e a educação é apresentada como um importante elemento de valorização do trabalhador.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## VI. Bibliografía

ALVES, G. (1999) *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Práxis.

AMARAL, A. S. (2005) *Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BEHRING, E. R. (2003) *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez.

BOSCHETTI, I. (1996). A Seguridade Social na América Latina. IN: BOSCHETTI, I. *et al* (Org.) (2008) *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

CASTRO, A. T. B. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. IN: BOSCHETTI, I., *et al* (Org.) (2010). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez.

FERNANDES, F. (1981) *A Revolução Burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

FRIGOTTO, G. (1996) *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. IN: FRIGOTTO, G. (Org.) (1998) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes.

FRIGOTTO, G. (2006) Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J. C.; NEVES, L. M. W. (2006) *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, p. 241-260.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da proposta integradora. IN: FRIGOTTO, G. (Org.) (1998) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

HARVEY, D. (1998) *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

LIMA, K. (2007) *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã.

NEVES, L. M. W., PRONKO, M. A. (2008) *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Escola de Saúde Joaquim Venâncio / Fundação Oswaldo Cruz.

NEVES, L. M. W. (Org) (2005) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã.

SAVIANI, D. (2007) *O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do projeto do Mec*. Recuperado em 03, março, 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>. Acesso em: 03 mar 2012.

SILVA, S. R. P. (2011) *A “nova” política pública de qualificação profissional no Brasil: Contribuições para uma análise crítica do PLANFOR e do PNQ*. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.